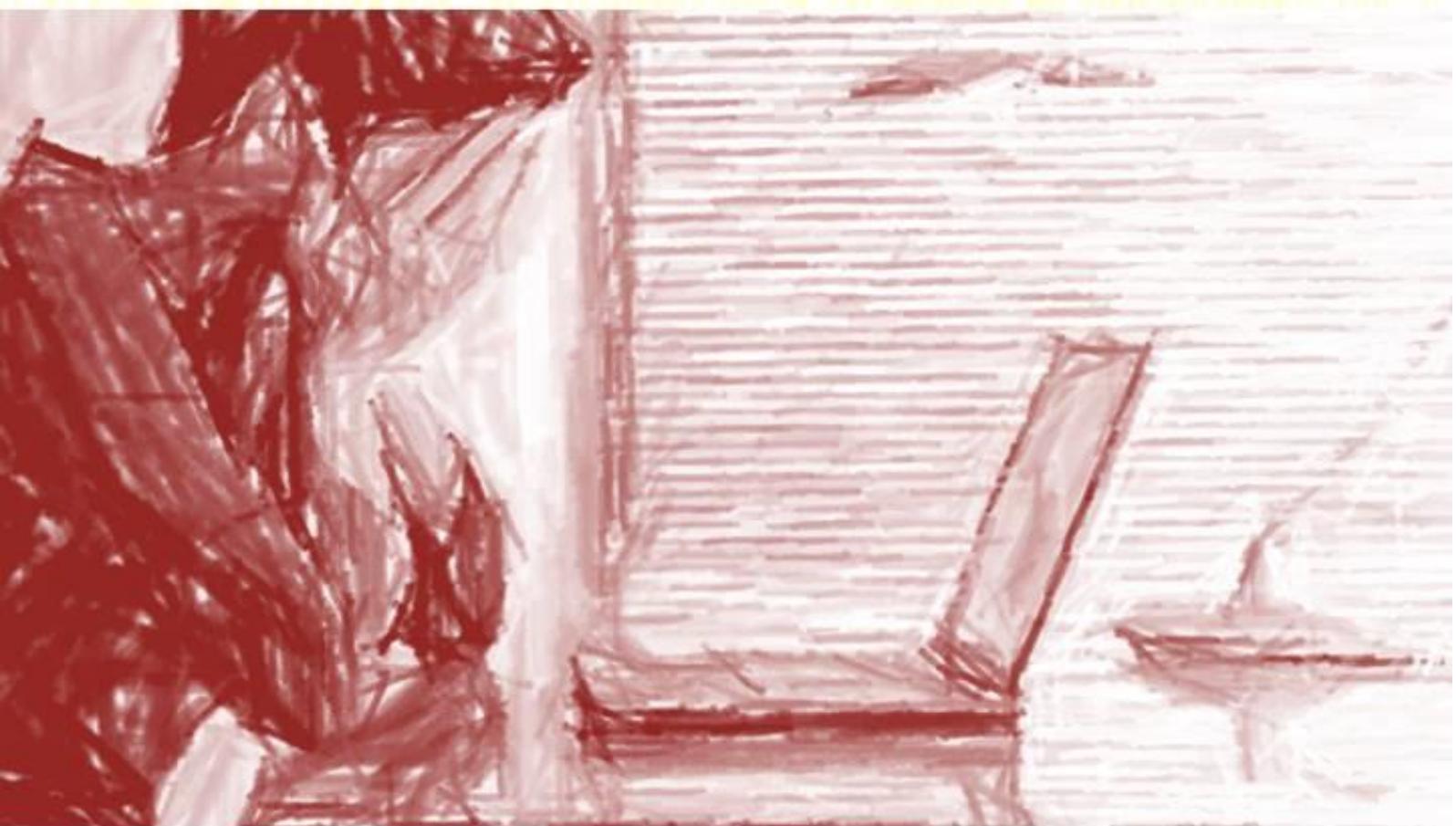


# Em defesa da educação pública comprometida com a igualdade social porque os trabalhadores não devem aceitar aulas remotas



Em defesa da educação pública comprometida com a igualdade social:  
porque os trabalhadores não devem aceitar aulas remotas



*Em defesa da educação pública comprometida com a igualdade social: porque os trabalhadores não devem aceitar aulas remotas*

Colemarx, 2020

Coletivo de Estudos em Marxismo e Educação – Colemarx  
Programa de Pós-Graduação em Educação - PPGE  
Faculdade de Educação - FE  
Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ  
Av. Pasteur, nº 250, anexo da Faculdade de Educação, sala 110, Praia Vermelha, Urca  
Rio de Janeiro – RJ

Data do texto: 22/04/2020



colemarxufrj



colemarx.com.br



coletivocolemarx@gmail.com



O Colemarx (PPGE/UFRJ) é um grupo de pesquisa formado por professores, técnicos-administrativos e estudantes que possui como objetivo analisar as políticas educacionais e as relações entre trabalho e educação, Estado e movimentos sociais, tendo em vista a questão social no Brasil e nos demais países latino-americanos a partir da teoria social crítica do capitalismo, iniciada por Marx e Engels e trilhada por outros intelectuais marxistas, como Antônio Gramsci e Florestan Fernandes.

Desafios da educação na pandemia 8

Organismos internacionais, Corporações, Centros de Pensamento do capital:  
um debate sem ética 9

Por que a continuidade do período acadêmico, por meios virtuais, é inaceitável? 15

Situação de moradia e condições de estudo 15

Acesso à internet 16

Trabalho docente em tempos de pandemia: não há futuro para a educação com a  
precarização do trabalho dos profissionais da educação 17

EaD e aulas remotas: em prol do darwinismo social 21

Nossas proposições 23

Documentos analisados 23

O ano de 2020 teve início com dois grandes tsunamis sociais: o aprofundamento da crise econômica e, desde meados de janeiro, a perigosa difusão planetária da COVID-19. Na ausência de tratamento e de vacinas, após resistências iniciais das agências do capital e, mesmo, da OMS, a voz das instituições científicas<sup>1</sup> se afirmou: não há outro jeito de impedir uma imensa catástrofe humanitária de alcance mundial do que as políticas de confinamento social. Desde então, a partir de meados de março, escolas e universidades suspenderam suas atividades e setores produtivos estão sendo forçados a interromper parte de seus processos de produção, embora de modo desigual nos países e regiões<sup>2</sup>. Conforme a OIT<sup>3</sup>, 80% dos trabalhadores foram afetados, compreendendo 2,7 bilhões de trabalhadores em todo o mundo.

Uma das principais estratégias adotadas para conter a disseminação da COVID-19 engloba o fechamento de escolas. Esta medida impacta cerca de 1,6 bilhões de estudantes em mais de 170 países (91,3% da população mundial de estudantes). O Banco Mundial defende que a interrupção do calendário escolar por tempo indeterminado causará perdas educacionais irreparáveis, em um cenário que o banco já caracterizava como sendo de crescente pobreza na aprendizagem (*learning poverty*). Para mitigar estas supostas perdas, o banco recomenda que sejam fornecidas oportunidades de aprendizagem remota no período em que durar a interrupção das aulas.

No capitalismo real, trabalhadores, escolas, universidades e setores produtivos são afetados de modo generalizado, mas não de igual maneira. O desenvolvimento desigual do capitalismo, muitas vezes ocultado pelas ideologias do empreendedorismo, revela sua perversidade com pequenos comerciantes, trabalhadores precários, uberizados, terceirizados, e toda a imensa morfologia de relações de trabalho que caracteriza a vida real dos não possuidores de bens. Em todo o mundo, sob os escombros provocados pelo livre mercado, sobressaem centenas de milhões de pessoas que, há anos, trabalham para sobreviver. Com as atividades econômicas limitadas, especialmente as de serviços que envolvem interação social intensa, milhões de trabalhadores literalmente estão sem alimento. É importante destacar que, no Brasil, a ordem de grandeza desta massa desprovida de meios dignos de vida ultrapassa 48% da população economicamente ativa.

Mesmo entre os trabalhadores regulares, formais, o quadro é sumamente grave. Com as medidas empreendidas no bojo da pandemia<sup>4</sup> e, antes, a contrarreforma trabalhista advinda do golpe de 2016, mais de 2,5 milhões de trabalhadores se viram forçados a aceitar forte rebaixamento salarial. E o país ainda não está no auge da crise da pandemia.

No próximo trimestre, conforme a OIT, mais de 6,7% da força de trabalho mundial terá acentuada redução salarial, alcançando perto de 200 milhões de trabalhadores, grande parte dos quais já sub-remunerados. A pandemia da COVID-19, portanto, agrava o quadro de precarização das relações do trabalho, mas não é uma relação unívoca de causa-efeito: é necessário afirmar que as proporções que assumem esta pandemia têm profunda relação com a degradação ambiental e humana proporcionada pela reprodução ampliada do capital monopolista.

Desse modo, mais da metade das famílias está em situação de privação econômica severa. A renda “emergencial” de R\$ 600,00 sequer está sendo assegurada a todas as famílias que necessitam (a estimativa é de que 70 milhões de pessoas solicitem a renda emergencial). Muitos estudantes dependem da escola para se alimentar. As complementações de renda para que alimentos possam ser assegurados a todos estudantes ou são muito reduzidas, ou sequer existe a complementação. Desse modo, é perverso imaginar que, sem renda, vivendo o estresse, o sofrimento, a dor, a humilhação de sequer lograr alimentos, as famílias tenham condições de assegurar, privadamente, espaços e tempos adequados à aprendizagem.

Frente ao crescimento exponencial dos atingidos pela COVID-19, os trabalhadores mais pobres chegam em massa às já degradadas unidades de saúde, sucateadas por anos de desmonte neoliberal, e que, em vários estados, já não possuem leitos disponíveis de CTI, trilhando o caminho inaceitável das “escolhas ditas racionais sobre os que sucumbirão sem cuidados”. Ademais, se deparam, após o crescimento ininterrupto de casos (março a 22 de abril de 2020), com trabalhadores da saúde exauridos, preocupados com o quadro sanitário e com sua própria saúde (até insumos básicos de proteção estão faltando e, em alguns casos, salários atrasados) e de seus familiares, engendrando um quadro de espoliação e sofrimento emocional.

A humanidade está diante da maior catástrofe desde a Segunda Guerra Mundial. É tempo de emergência. A escola neoliberal não sabe (e não pode) indicar qualquer alternativa. O governo atual, contudo, reafirma seu credo ultraneoliberal que não contempla soluções para os problemas de saúde e da crise econômica, e, por isso, naturaliza o darwinismo social, embora custe vidas de pessoas reais, é a alternativa possível para manter o mercado em atividade.

## **Desafios da educação na pandemia**

Diante do quadro de imensa gravidade, os educadores – professores e trabalhadores das áreas afins – e os estudantes estão diante de uma responsabilidade única: um largo espectro de pensamentos políticos concorda que a saída dessa complexa crise somente será possível com o fortalecimento do que é comum a todos, e isso requer cultivar um valor renovado pela solidariedade social, notadamente no interior da classe trabalhadora, a classe fundamental que mais sofre as consequências da pandemia.

Os trabalhadores da educação, as escolas públicas e as universidades públicas, por isso, têm uma responsabilidade muito diferenciada. Desde os anos 1990, o que resta de solidariedade social nos países, se deve, em grande parte, às escolas e universidades. Sem a luta de seus trabalhadores em defesa do público, milhões de crianças e jovens no Brasil sequer teriam acesso a uma pequena parcela dos direitos constitucionais.

Por isso, é preciso, preliminarmente, afastar as falsas soluções para o problema da suspensão das aulas - aulas remotas e Educação a Distância (EaD) – para fortalecermos o que é central ao debate na conjuntura mundial.

Não está em questionamento a relevância das tecnologias de informação e comunicação (TIC) para a vida social e, especificamente, para a educação. Ciência, arte e cultura são indissociáveis das tecnologias que, por isso, devem ser incorporadas no fazer escolar. Defende-se que, no século XXI, o acesso à internet é um direito fundamental, a exemplo dos direitos, ainda não assegurados, à água potável, à rede de esgoto, à energia, ao transporte. Considerando as crianças e jovens, esse direito é ainda mais urgente e deve ser assegurado pelo Estado, por se tratar de um serviço de crucial relevância. Complementarmente, os meios tecnológicos para interação criativa na internet devem ser popularizados e assegurados para todos os estudantes, especialmente computadores portáteis de qualidade.

Para os principais organismos internacionais (os intelectuais coletivos da alta finança e dos setores dominantes) e para os centros de pensamento que fazem eco aos organismos, frente ao confinamento, os sistemas de ensino devem manter as atividades letivas por meio das TIC.

## **Organismos internacionais, Corporações, Centros de Pensamento do capital: um debate sem ética**

Em outra conformação social, em perspectiva internacionalista, os organismos supranacionais desempenhariam um papel construtivo, assegurando, no caso em questão, meios tecnológicos para propiciar acesso à internet com qualidade para todas as residências com estudantes. A ampliação do acesso dos estudantes aos meios tecnológicos úteis para o uso criativo da internet é algo imprescindível em um contexto de confinamento e facilita o acesso à difusão científica, artística, cultural e, principalmente, aos meios de informação confiáveis.

Entretanto, os atuais organismos internacionais, a pretexto da pandemia, tentam difundir um modelo de educação e de escola que é há anos defendido pelo capital: um modelo referenciado na agenda empresarial (balizada pelo capital humano e pelas competências), uma pedagogia que tentam viabilizar à revelia das/dos professoras/es e das/os estudantes.

Hábeis nas “soluções” para manter sua agenda em tempos de pandemia da COVID-19, o Banco Mundial e a OCDE recomendam:

- Que sejam revistos os marcos regulatórios do ensino a distância, de forma que os pacotes de ensino remoto de entidades empresariais sejam reconhecidos como uma alternativa à instrução presencial na contagem dos dias letivos. Tanto o Banco Mundial quanto a UNESCO, disponibilizam lista de dezenas de produtos e serviços fornecidos por fundações e grupos empresariais, concedendo destaques a alguns. Recebem destaque os serviços da Khan Academy, cujos financiadores são a Fundação Bill e Melinda Gates, Fundação Lemann, Fundação Valhalla, Bank of America, Google, a empresa de telefonia AT&T e a indústria farmacêutica Novartis. No Brasil, identificamos que as redes estaduais de educação do Ceará e Mato do Grosso do Sul utilizam os seus serviços<sup>5</sup>. Além da Khan Academy, a Fundação Lemann também se faz presente em 20 estados brasileiros por meio de parcerias com as secretarias estaduais para o fornecimento da Plataforma Rede Escola Digital. Desta forma, nos documentos elaborados para o enfrentamento da COVID-19, os organismos internacionais abandonam o “verniz” de imparcialidade e se aproveitam da pandemia para fazer marketing e vender serviços.
- Que se conceda maior flexibilidade nos contratos e na organização do trabalho dos professores, de forma que possam conjugar a prestação de

serviços educacionais, apoio social, colaboração com outros professores e suporte às famílias. Recomenda que, nos casos em que se utilizem programas de televisão como meio educacional, o trabalho pedagógico do professor possa ser substituído por outros profissionais como atores, músicos ou médicos, ficando o professor responsável por tirar dúvidas e fazer contato com as famílias por meio de mensagens de e-mail ou por telefonia (SMS).

- Que os currículos da formação de professores sejam ajustados para flexibilizar a carga horária do estágio docente;
- Que se flexibilize a regulamentação dos fundos de forma a permitir o uso de recursos para auxiliar os pais a se formarem como tutores e a criar caminhos alternativos para a formação de professores.

Reconhecendo que grande parte dos estudantes não possui acesso a computadores e internet de banda larga (em países de renda média e baixa, o índice de acesso à internet, em geral, é inferior a 50%), recomendam que os sistemas educacionais devam desenvolver alternativas de “entrega de conteúdos” de acordo com as especificidades dos estudantes, podendo mesclar o uso de televisão, rádio, materiais impressos, jornais de baixo custo, envio de mensagens por SMS, uso de aplicativos educacionais e outros produtos, em parcerias com empresas de tecnologias educacionais e de telecomunicações.

O Banco Mundial sugere que países com restrito acesso à internet busquem inspiração nas experiências que países latino-americanos acumularam em educação via televisão desde a década de 1960. Esta estratégia garantiria a continuidade da aprendizagem (aprendizagem considerada apartada do ato de ensinar) durante a pandemia e após a volta às aulas presenciais. Os sistemas de ensino são estimulados a comprar horários de transmissão em canais de TV aberta, contratar profissionais específicos para gravar curtos episódios de TV e comprar programas educativos de fundações internacionais<sup>6</sup>, sempre respeitando os direitos autorais das corporações.

No Brasil, identificamos que grande parte dos estados utiliza canais de TV como um dos meios para veiculação de pacotes de conteúdos. O Banco Mundial destaca como exemplo a rede estadual do Amazonas desenvolve o Programa Aula em Casa, retransmitido em três canais de TV aberta, em sites e aplicativos.

O quadro 1 apresenta como cada estado brasileiro está organizando seus sistemas educacionais no contexto da pandemia.

Quadro 1. Ações dos Estados Brasileiros no Contexto da Pandemia COVID-19

<b>Estado</b>	<b>Ações no contexto da pandemia</b>
<b>Amazonas<sup>7</sup></b>	Programa Aula em Casa, retransmitido em três canais de TV aberta. Utiliza o aplicativo Mano e a plataforma Rede Escola Digital (desenvolvida por Instituto Natura, Fundação Lemann, Fundação Telefônica Vivo, Instituto Inspirare, Fundação Vanzolini)
<b>São Paulo<sup>8</sup></b>	Oferta, desde início de abril, aulas em tempo real por TV aberta a partir de um contrato firmado com a Fundação Padre Anchieta – Rádio e TV Cultura. Operadas em dois estúdios da Escola de Formação e Aperfeiçoamento dos Professores da Educação do Estado de São Paulo (Efape), vinculada à Seduc: “Além dos professores da rede, a plataforma vai contar com apresentações de youtubers”. Também utiliza a plataforma Rede Escola Digital (desenvolvida por Instituto Natura, Fundação Lemann, Fundação Telefônica Vivo, Instituto Inspirare, Fundação Vanzolini)
<b>Pernambuco<sup>9</sup></b>	Utiliza o Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA) que concentra recursos educacionais digitais integrada à plataforma de aulas Educa-PE. O AVA reúne materiais de apoio pedagógico e videoaulas veiculadas em canais de TV aberta e internet através do YouTube – Canal Educa – PE –, em parceria com a Empresa Pernambuco de Comunicação (EPC). A Secretaria de Educação mobilizou um grupo de professores para produção de conteúdo. Também utiliza a plataforma Rede Escola Digital (desenvolvida por Instituto Natura, Fundação Lemann, Fundação Telefônica Vivo, Instituto Inspirare, Fundação Vanzolini)
<b>Rio de Janeiro</b>	Firmou parceria com a plataforma Google e estabeleceu concessão de crédito orçamentário de 950 mil reais para produção de teleaulas.
<b>Espírito Santo<sup>10</sup></b>	Desenvolve o Programa EscoLAR, que consiste na transmissão de conteúdos através da TV aberta e na utilização da plataforma Google Sala de Aula.
<b>Minas Gerais<sup>11</sup></b>	Implementa o Plano de Estudo Tutorado (PET) – que consiste em apostilas mensais de orientação de estudo e atividades – e um Programa de TV realizado em parceria com a Rede Minas. O estado também oferece curso de capacitação para professores sobre criação de cursos de EaD. Também utiliza a plataforma Rede Escola Digital (desenvolvida por Instituto Natura, Fundação Lemann, Fundação Telefônica Vivo, Instituto Inspirare, Fundação Vanzolini)
<b>Santa Catarina<sup>12</sup></b>	Disponibiliza um site com curadoria de conteúdos de acesso gratuito. Também utiliza a plataforma Rede Escola Digital (desenvolvida por Instituto Natura, Fundação Lemann, Fundação Telefônica Vivo, Instituto Inspirare, Fundação Vanzolini)
<b>Rio Grande do Sul<sup>13</sup></b>	Desenvolve o programa “Aulas Programadas”, de forma a manter a carga horária anual dos estudantes. As Aulas Programadas são disponibilizadas por e-mail, mensagens de WhatsApp ou Facebook, compartilhamento de arquivos de áudio e vídeo, salas virtuais através do Google ou entrega de materiais didáticos nas áreas rurais do Estado. Também utiliza a plataforma Rede Escola Digital (desenvolvida por Instituto Natura, Fundação Lemann, Fundação

	Telefônica Vivo, Instituto Inspirare, Fundação Vanzolini)
<b>Distrito Federal</b> <sup>14</sup>	A secretaria de educação recomenda utilização da plataforma Google e fornece programação educativa nas TVs Justiça, União e a rede de televisão evangélica Gênesis. A secretaria também fornece formação de professores para manejar as ferramentas Google e negocia com empresas de telecomunicações o fornecimento de pacote de dados para estudantes.
<b>Goiás</b>	Disponibiliza textos, vídeos e listas de exercícios em um portal “Net Escola” <sup>15</sup> , desenvolvido pela secretaria de educação. Também utiliza a plataforma Rede Escola Digital (desenvolvida por Instituto Natura, Fundação Lemann, Fundação Telefônica Vivo, Instituto Inspirare, Fundação Vanzolini)
<b>Mato Grosso</b>	A secretaria realiza entrega de material impresso e disponibiliza a plataforma “Aprendizagem Conectada” com vídeos, jogos, leituras, videoaulas e atividades <sup>16</sup> . Também utiliza a plataforma Rede Escola Digital (desenvolvida por Instituto Natura, Fundação Lemann, Fundação Telefônica Vivo, Instituto Inspirare, Fundação Vanzolini)
<b>Mato Grosso do Sul</b>	Utiliza Google Sala de Aula, Plataforma Protagonismo Digital <sup>17</sup> (ligada à Rede Escola Digital) que disponibiliza aplicativos e conteúdos desenvolvidos por diversas empresas, incluindo a <i>Khan Academy</i> . Também realiza entrega de atividades impressas para os estudantes que não dispõem de acesso à internet.
<b>Maranhão</b> <sup>18</sup>	Disponibiliza videoaulas na TV aberta e áudio aulas (por rádio e podcasts). Utiliza a plataforma Rede Escola Digital (desenvolvida por Instituto Natura, Fundação Lemann, Fundação Telefônica Vivo, Instituto Inspirare, Fundação Vanzolini). A secretaria informa que as escolas em que os alunos não tiverem acesso à internet poderão, sob justificativa, readequar o calendário após o retorno das aulas presenciais.
<b>Piauí</b> <sup>19</sup>	As escolas utilizam aulas com transmissão ao vivo pela internet, gravadas para a televisão, lista de exercícios por e-mail, fóruns de discussão.
<b>Ceará</b> <sup>20</sup>	Lançou edital para selecionar empresas fornecedoras de materiais e serviços pedagógicos. Entre as selecionadas, está a <i>Khan Academy</i> .
<b>Rio Grande do Norte</b> <sup>21</sup>	Utiliza a plataforma Rede Escola Digital (desenvolvida por Instituto Natura, Fundação Lemann, Fundação Telefônica Vivo, Instituto Inspirare, Fundação Vanzolini), que disponibiliza vídeos, jogos, infográficos, animações, apps e livros digitais. Também utiliza a plataforma Google Education e Clickideia.
<b>Alagoas</b> <sup>22</sup>	Cada unidade de ensino deve construir seu plano de ação, identificando as atividades que serão desenvolvidas, objetivos, metodologias e ferramentas utilizadas, estratégias de acompanhamento e avaliação dos estudantes, professores envolvidos e carga horária destinada para cada atividade. Também utiliza a plataforma Rede Escola Digital (desenvolvida por Instituto Natura, Fundação Lemann, Fundação Telefônica Vivo, Instituto Inspirare, Fundação Vanzolini)
<b>Sergipe</b> <sup>23</sup>	Utiliza a plataforma Rede Escola Digital (desenvolvida por Instituto

	Natura, Fundação Lemann, Fundação Telefônica Vivo, Instituto Inspirare, Fundação Vanzolini)
<b>Bahia</b>	Utiliza a Plataforma Anísio Teixeira <sup>24</sup> , que disponibiliza atividades a serem realizadas pelos estudantes.
<b>Amapá</b> <sup>25</sup>	Oferece treinamento para educadores para utilização de plataformas online. Utiliza a plataforma Rede Escola Digital (desenvolvida por Instituto Natura, Fundação Lemann, Fundação Telefônica Vivo, Instituto Inspirare, Fundação Vanzolini)
<b>Pará</b> <sup>26</sup>	Implementa o Projeto Todos em Casa pela Educação, com transmissão de conteúdos por canal de TV aberta. Também utiliza a plataforma Rede Escola Digital (desenvolvida por Instituto Natura, Fundação Lemann, Fundação Telefônica Vivo, Instituto Inspirare, Fundação Vanzolini)
<b>Rondônia</b> <sup>27</sup>	Professores disponibilizam aos estudantes os conteúdos, atividades e exercícios em plataforma Rede Escola Digital. Os estudantes que não têm acesso à internet devem retirar na escola o material impresso.
<b>Acre</b> <sup>28</sup>	Assim como o Rio Grande do Norte, utiliza a plataforma Rede Escola Digital (desenvolvida por Instituto Natura, Fundação Lemann, Fundação Telefônica Vivo, Instituto Inspirare, Fundação Vanzolini).

Fonte: Site das secretarias estaduais de educação, acesso em 19 de abril de 2020.

Embora proclamem preocupação com a escolarização das crianças e jovens em isolamento social, os organismos internacionais e muitos governos e coalizões empresariais ocultam que estão em defesa do interesse das corporações educacionais e de tecnologias de informação e comunicação, assim como de corporações que atuam na coleta de dados sobre a população que, “mineirados” são utilizados na publicidade e nos embates políticos, em geral, em apoio à direita e à extrema direita.

Neste cenário foi lançada a Coalizão Global de Educação com os objetivos de propulsionar, no curto prazo, a utilização de tecnologias de aprendizagem remota (por meio da concessão de serviços gratuitos durante o período da pandemia) e, no longo prazo, consolidar o uso de tecnologias de educação nos sistemas regulares de ensino. Liderada pela UNESCO, esta coalisção envolve o Banco Mundial, OCDE, ONU, OMS, UNICEF, OIT, grupos empresariais como Microsoft, Google, Facebook, Zoom, Moodle, Huawei, Tony Blair Institute for Global Change, Fundação Telefônica e outros. Não por acaso, a OCDE identificou (a partir de questionário respondido em 98 países) que os recursos mais usados durante a pandemia são, entre outros: Google, Google classroom, Google suite, Google Hangout, Google Meet, Facebook, Microsoft one note, Microsoft, Google Drive/Microsoft Teams, Moodle, Zoom, Youtube.

Em nível local, a OCDE recomenda que seja criado um comitê diretor ou uma força tarefa que seja responsável por coordenar a implementação das

estratégias em resposta à pandemia. O trabalho deste comitê deve ser estruturado em dois horizontes de temporalidade: o primeiro, mais imediato, focado em completar o ano acadêmico e concedendo ênfase a competências socioemocionais como resiliência e auto eficácia; o segundo, focado no ano acadêmico posterior (no caso de ainda não ter sido desenvolvida vacina e que o distanciamento social continue necessário).

Em consonância com os organismos internacionais e formando aliados para mediar tais recomendações, o Todos Pela Educação (TPE) coordenou, no dia 8 de abril, reunião com a participação do Conselho Nacional de Educação, Undime e Consed e representantes do Banco Mundial. A justificativa foi a necessidade de discutir pontos centrais que iriam compor o documento regulatório da Medida Provisória nº 934, que trata sobre a flexibilização do calendário letivo na educação básica, do cumprimento de 200 dias letivos para cumprimento de 800 h de aulas. Foi uma reunião aberta ao público, porém sem margem de discussão e nem a participação de setores acadêmicos, estudantis e sindicais. As regras já estavam definidas, de modo a fazer do TPE e seus aliados os supostos salvadores das crianças e jovens da classe trabalhadora expropriada e explorada, aqueles que mais sofreriam o impacto do isolamento social e do fechamento das escolas. Fiéis às recomendações dos organismos internacionais, prescreveram o uso de aulas remotas, disponibilizaram pacotes pedagógicos para o ensino a distância e buscam fechar parcerias com empresas de comunicação para conceder conexão de internet e laptops. Para que seus pacotes pedagógicos digitais possam ser considerados atividades curriculares, no referido documento serão conceituados como “ensino remoto”, já que EaD é uma modalidade regulamentada e mais complexa.

Ao formar essa trincheira junto ao Estado, em aliança com organismos internacionais, ao mesmo tempo em que o empresariado mantém sua hegemonia na condução das políticas educacionais, cria condições para os grupos “filantrópicos-mercantis” e para as grandes corporações do capital aberto ofertarem seus pacotes de ensino, a exemplo da plataforma ‘Aprendendo Sempre’<sup>29</sup>. Nesse processo de capitalização da educação, importante destacar o crescimento das *startups* (ditos empreendedores sociais) ou *edtechs*, como são chamadas aquelas voltadas para a educação. Em levantamento realizado na plataforma Distrito EdTech Report, o Brasil tem hoje mais de 400 edtechs e é um mercado em exponencial crescimento<sup>30</sup>.

Nesse contexto, salta aos olhos a preocupação com o pós-pandemia – o segundo momento referido pela OCDE. Priscilla Cruz, presidente do TPE, coloca destaque neste momento já que estavam cientes de que, apesar dos

esforços de todos, haveria prejuízo para os alunos das camadas populares. Então, além de recomendar no pós-pandemia ações de acolhimento para os trabalhadores da educação, pais e alunos, com ajuda de psicólogos, propõe a realização de uma avaliação diagnóstica para identificar o nível de aprendizagem de cada estudante. Para amenizar as distorções, uma das soluções seria a manutenção de ensino remoto voltado para o reforço e a “aceleração” do aprendizado.

Priscilla Cruz, falando em nome do Todos pela Educação, utiliza uma linguagem modalizada por meio de uma roupagem “técnica”, não ideológica, e voltada para “resultados”. Em virtude da inexistência de articulação do MEC, tenta atribuir ao movimento dos empresários o papel de coordenação nacional das iniciativas no contexto da pandemia, buscando cimentar, no senso comum, que o processo educativo está restrito à aprendizagem, esvaziando seu caráter de relação social que envolve instituições, o trabalho dos profissionais da educação e o protagonismo estudantil.

### **Por que a continuidade do período acadêmico, por meios virtuais, é inaceitável?**

Em uma pandemia de tamanha letalidade, o objetivo fundamental de todas as políticas públicas não pode ser outro que a garantia da vida e da saúde coletiva (física e mental). Toda vida importa!

A despeito das formas de uso das tecnologias, os pontos a seguir sumarizados são decisivos, pois dizem respeito às condições de vida e, por isso, antecedem as demais.

### **Situação de moradia e condições de estudo**

A despeito do direito à moradia estar entre os direitos fundamentais (Art. 6, Constituição Federal), o déficit de moradias ultrapassa 7,7 milhões<sup>31</sup>, compreendendo que mais de 3,3 milhões estão com extrema dificuldade de pagar o aluguel (91% do déficit está situado em famílias com renda de até 3 salários mínimos), situação que se agrava no atual contexto de pandemia. Outros 3,2 milhões de habitações são divididas por famílias distintas que ocupam o mesmo teto, 950 mil habitações estão em estado de completa precariedade e outras 320 mil estão em situação de extremo adensamento. No Grande Rio, “a Casa Fluminense estimou em 300 mil o total de domicílios com mais de três pessoas por cômodo”.<sup>32</sup>

Um em cada quatro domicílios brasileiros não possui água encanada. O desatualizado censo de 2010 indicava 11,4 milhões de pessoas morando em favelas e, se somarmos os bairros com condições semelhantes às favelas, chegamos a pelo menos 24 milhões de pessoas.

O uso dos artefatos tecnológicos, por suposto, não pode ser pensado de modo desvinculado das condições de habitação dos estudantes da educação básica e superior. Uma ou mais famílias que dividem o mesmo teto, com quatro ou mais pessoas em isolamento, em um espaço inferior a 50 m<sup>2</sup>, não pode assegurar a concentração mínima para o estudo de seus filhos. E muitos vivem em espaço ainda menor. Moradia é mais do que um teto, mas um espaço em que se possa viver em paz, dignidade e segurança, inclusive sanitária, em suma, condições de habitabilidade e de localização urbanizada. Água potável, energia, iluminação, arejamento são dimensões essenciais da moradia. E isso não é uma realidade para muitos milhões de pessoas, afetando a vida de milhões de crianças e jovens. Os estudos da arquitetura das escolas demonstram que determinadas condições básicas devem ser asseguradas para que seja possível uma interação positiva com os meios tecnológicos e as interações sociais deles advindos.

### **Acesso à internet**

Conforme o Comitê Gestor da Internet no Brasil, é falso afirmar que o acesso à internet foi universalizado. No caso brasileiro, segundo dados do Observatório Social da COVID-19, recém-criado pelo Departamento de Sociologia da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas (Fafich- UFMG), “20% dos domicílios brasileiros – o equivalente a 17 milhões de unidades residenciais – não estão conectados à internet, o que impossibilita o acesso de alunos ao material de ensino a distância disponibilizado em seus portais por muitas escolas públicas do ensino fundamental e do ensino médio. Vivem nesses domicílios cerca de 42 milhões de pessoas, entre as quais, 7 milhões são de estudantes, 95% matriculados em escolas públicas e 71% cursando o ensino fundamental”.<sup>33</sup> Mais de 40% das residências não possuem computador e, entre os que possuem, poucos possuem softwares atualizados e capacidade de armazenamento. E são de uso comum de 3 ou mais pessoas.

A maior parte do acesso à internet é realizada por meio de celulares, o que não assegura conectividade compatível com as plataformas de EaD. De fato, conforme o Comitê Gestor da Internet, 2018, o celular é o único meio de acesso à Internet para 85% das chamadas classes D/E e para 61% da classe C. Mais da metade do acesso é por meio da modalidade “pré-pago”. E os pós-pagos, em geral, contratam reduzida capacidade de tráfego de dados<sup>34</sup>.

Como salientado, o problema do uso de EaD é a própria concepção educacional, contudo, mesmo o uso dessas tecnologias como atividades complementares segue sendo inviável para a maioria das crianças e jovens. A democratização do acesso à internet, por meio de políticas públicas, é, por conseguinte, um imenso desafio e deve seguir na agenda das lutas pela democratização da informação, da ciência, da arte e da cultura.

### **Trabalho docente em tempos de pandemia: não há futuro para a educação com a precarização do trabalho dos profissionais da educação**

Proposições de que a educação se faça por trabalho docente remoto (domiciliar) em tempos de pandemia para que “não se perca o ano letivo” e/ou “que não prejudiquemos os estudantes da educação básica” não respondem aos desafios de assegurar o direito à educação, nem mesmo no período em que as escolas estão fechadas, pelos motivos já apresentados: situação precária e desigual de moradia e de acesso à internet. Nesta seção, outros problemas são apontados, especialmente os de natureza pedagógica, abordando, sobretudo, o trabalho dos profissionais da educação. Afinal, de que processo de ensino-aprendizagem estamos falando? Com quais finalidades? Que sujeitos poderão participar desse processo, quais professores e estudantes?

Inicialmente, é importante destacar que inexitem práticas pedagógicas mediadas pelas TIC estabelecidas de modo universal na rede pública. A Educação Básica brasileira comporta 47,9 milhões de matrículas e 2,2 milhões de docentes em 180,6 mil escolas. As escolas públicas brasileiras não universalizaram o acesso à internet para seus estudantes e, tampouco, para o uso administrativo. Segundo dados do Censo Escolar de 2019, apenas 29,1% dos alunos do ensino fundamental e 61,9% do ensino médio da Rede Pública têm acesso à internet em suas escolas. Para ações de ensino e aprendizagem, são 37,2% e 66,2% respectivamente (INEP, 2020).

A situação dos profissionais da educação básica não difere de outras categorias que estão passando por privações econômicas severas: no ano passado, em torno de um quarto das redes de ensino no Brasil ainda não tinham regulamentado o piso salarial dos professores. Para os profissionais não professores, a situação de desregulamentação é ainda mais dramática – quase 40% não possui plano de carreira.<sup>35</sup> Em 2017, aproximadamente 42% dos professores da Educação Básica pública não tinham estabilidade no

emprego, sendo que, destes, 299.673 (14%) eram voluntários e 565.538 (27%) temporários e 1% tinha contrato CLT.<sup>36</sup> Em torno de 65% desses professores trabalham 40 horas semanais ou mais; 43% em duas ou mais escolas, e 34% deles não têm seu horário de planejamento de aulas respeitado (ao menos um terço da carga horária contratual, nos termos da LDB).<sup>37</sup> Desse modo, as consequências do isolamento social são especialmente penosas não somente para os estudantes, mas também para muitos trabalhadores da educação.

Antes mesmo do isolamento social já estava em curso a precarização do trabalho dos professores, seja por conta da terceirização, seja pela expansão do mercado educacional que a tecnologia do setor favorece. Há quase dez anos estados e municípios vêm adquirindo pacotes com materiais didáticos pré-fabricados com atividades a serem replicadas pelos professores, ou mesmo aulas via plataformas digitais que prometem qualidade de ensino sem, contudo, levar em consideração contextos socioeconômicos e culturais de seus usuários.

Para as corporações, a pandemia da COVID-19 é uma janela de oportunidades para o crescimento exponencial de seus negócios, como: a rápida elaboração e venda (ou mesmo ‘empréstimo’<sup>38</sup>) de produtos que descaracterizam o caráter social da escola e do trabalho docente. Tais produtos são ofertados por uma série de corporações do mercado educacional e do mercado de soluções digitais (as EdTech), o que reforça o *marketing* (por exemplo, via livre acesso a plataformas, cursos/tutoriais, etc.); a ‘mineração’ de dados de 50 milhões de estudantes e professores. Certamente, essa oferta não vai se restringir ao período da pandemia. As corporações buscam ampliar sua entrada nas escolas públicas e os governos neoliberais miram os direitos trabalhistas e os salários de professores. No plano estratégico, governos e corporações operam em prol da privatização de toda educação, utilizando, para isso, meios como *vouchers*, escola charter etc.

Não se deve desconsiderar também a perda de direitos e de postos de trabalho dos professores. No setor público, no estado do Rio de Janeiro<sup>39</sup>, várias prefeituras, alegando equilíbrio fiscal, optaram pela demissão ou suspensão de contratos de servidores - 400 em Búzios e, de acordo com o SEPE Costa do Sol, cerca de 900 em São Pedro da Aldeia. Em São Paulo<sup>40</sup>, os professores eventuais, que recebem apenas pelas aulas dadas - já amargam a suspensão da remuneração. Em Porto Alegre<sup>41</sup>, a prefeitura cortou o repasse para escolas conveniadas e colocou 4 mil educadoras em situação de desemprego em plena pandemia. O governo de Mato Grosso<sup>42</sup> não renovou o contrato de 10 mil trabalhadores temporários da educação devido à suspensão das aulas. Em Goiânia foram 3 mil temporários dispensados, que, por sua situação contratual, não têm direito ao seguro-desemprego.

Nas escolas privadas e principalmente nas creches, há um movimento de demissão em massa dos professores e demais trabalhadores da educação, justificado pelo não pagamento das mensalidades por parte dos pais. O sindicato das escolas privadas do Rio de Janeiro elaborou minuta<sup>43</sup> para acordo coletivo - em virtude do estado de calamidade pública e paralisação das aulas - que prevê redução de jornada de trabalho e de salários, a ser firmado entre empregador e professores, em percentuais que variam desde 25%, 50% ou 70%.

Nesses momentos de acirramento da crise, as formas de escalpelar os trabalhadores da educação são expostas. Os convênios, os temporários, os voluntários, os terceirizados, os eventuais foram cortados com uma canetada e suas vidas correm o risco de serem ceifadas, seja pela pandemia ou pela fome.

Aqueles que mantiveram o posto de trabalho passam por forte assédio para trabalhar com Educação a Distância de uma forma improvisada. Desse movimento emergem grandes empresários com a tentativa de transformar a atividade do professor em trabalho de economias de plataforma no estilo Uber.

A educação remota - também enunciada como “ensino remoto”<sup>44</sup>, “comunicação remota”, “aulas remotas”, “aulas *on line*”, “modalidades alternativas” - é um eufemismo para descaracterizar a Educação à Distância (EaD) que, como tal, deve atender à regulamentação específica dessa modalidade<sup>45</sup>. O contexto da pandemia é utilizado para ampliar o descumprimento das normas que já incorporam os interesses corporativos. De fato, muitas medidas em curso nas universidades privadas e na educação básica estão em desacordo com a legislação, a exemplo de uso de TIC na educação infantil. Existem restrições normativas para uso de EaD como modalidade alternativa ao ensino presencial e para o cumprimento das 800 horas/aula para a integralização do ano letivo de 2020 (MP 934/2020). Além desta regulamentação, pesa sobre os ombros dos gestores estaduais e municipais, o descumprimento da LDB (Lei 9.394/1996), que deveria garantir a igualdade de oportunidades educacionais e de acesso a todas as crianças, jovens e adultos, mesmo no período de excepcionalidade<sup>46</sup>.

Como “ninguém sabe o que fazer” (AGÊNCIA BRASIL, 2020)<sup>47</sup>, o Conselho Nacional de Educação lançou, em 17 de abril, o edital de consulta pública (até 23/04/2020) para a finalização do Parecer que subsidiará a Resolução que deverá orientar as redes de ensino sobre “atividades pedagógicas não presenciais”, sobre a retomada das aulas ao término da pandemia e o calendário acadêmico. Na preparação das normas, o CNE conta com seus habituais interlocutores: o Todos pela Educação, o Banco Mundial, Consed e Undime (TODOS PELA EDUCAÇÃO, 2020)<sup>48</sup>.

Devemos substituir total ou parcialmente as atividades escolares por tecnologias em tempos de pandemia? E ainda, quais as condições concretas para que essas atividades possam ocorrer?

Sem respostas prontas, é preciso questionar “soluções” que, mais uma vez, desconsideram os profissionais da educação, desrespeitando seus conhecimentos e experiências, e o fato de que, também os trabalhadores estão implicados na novidade do isolamento social. Também as/os trabalhadoras/es da educação estão assoladas/os pelas tarefas domésticas, pelo cuidado com suas famílias, em sofrimento em virtude de estarem sujeitos a cortes salariais<sup>49</sup>, em residências com insuficiente acesso à internet e a equipamentos tecnológicos. Os empregadores exigem que os professores usem materiais próprios, adquiridos com seus recursos privados, e, também, tenham familiaridade com meios tecnológicos aplicados na educação que, por serem raros nas escolas, precisam ser conhecidos e avaliados pelos educadores<sup>50</sup>. A mediação pedagógica pelas tecnologias não pode, em hipótese alguma, desconsiderar as condições de produção docente e de recepção dos estudantes, tampouco a necessidade dessa interação presencial, de acolhimento, emergencialmente suspensa.

Considerada a corrida às grandes oportunidades, “propiciadas” de modo grotesco pela indeterminação do fim da pandemia, os conglomerados educacionais em forte aproximação com secretarias de educação básica, ofertaram soluções mágicas, emolduradas pelo discurso da “mediação tecnológica” para a educação.

Desde o início de abril de 2020, recomendações, leia-se, convocações, foram enviadas às professoras e aos professores, inaugurando o uso de plataformas e atividades *on line*. Tais ações autoritárias foram feitas em nome do direito à aprendizagem dos estudantes que estaria comprometido pelo fechamento das escolas, como se os docentes e as escolas pudessem restabelecer uma inexistente normalidade. Recessos escolares foram antecipados e, ao seu término, os dias seguintes passaram a ser chamados de quarentena voluntária. Os professores foram instados a desenvolver tarefas, renomeados como “multiplicadores” ou “mediadores”. Cabe ressaltar que isso ocorre sob o verniz da indiferença à questão da preservação da vida em tempos de pandemia.

De forma açodada, os chamados gestores, veiculando informações desconstruídas, estabelecem prazos (em cima da hora!) para que os professores enviem atividades para alimentar o que chamam ora de atividade, ora EAD. O não atendimento ao solicitado deve ser devidamente

“justificado” aos diretores das unidades escolares. Ressalte-se que tais recomendações “de cima pra baixo”, peremptórias, e sem debate junto à comunidade escolar provocam sérios desencontros dos trabalhadores e estudantes com os ditos gestores. Cumpre destacar o período de enormes atribuições (sobrecarga de trabalho, condições de saúde, emprego, habitação) que aflige às mães, aos pais, estudantes, professores e demais profissionais da educação.

Contudo, os conflitos decorrentes do assédio, das demissões e da subordinação dos estudantes e docentes a projetos de educação rudimentares e tecnicistas provocam diferentes formas de resistência. Existe um comprometimento da ética nas estratégias de substituição do ensino presencial, pois as mesmas estão assentadas na naturalização da exclusão escolar, diante da desigualdade de condições de moradia e de acesso a bens tecnológicos e à internet. O assédio moral aos professores afigura-se como mais um grande problema a ser tratado. Certamente, com intensas implicações à saúde mental.

Como citamos, o contexto de pandemia encontra eco na reforma trabalhista e demais medidas educacionais que fragilizaram ainda mais as relações trabalhistas para os profissionais da educação. Professoras e professores são considerados “entregadores de tarefas” e isso conflita com o sentido criador e emancipador do trabalho humano e, particularmente, com o fazer docente que, nessas condições, torna-se alienado e provoca sofrimento laboral.

Trata-se de não substituir o professor e, assim, não privar os estudantes do acesso à ciência, à tecnologia, à arte e à cultura. Portanto, o debate deve passar pela construção de estratégias educativas de interesse da classe trabalhadora, a serem desenvolvidas por professores, estudantes e equipes de direção.

### **EaD e aulas remotas: em prol do darwinismo social<sup>51</sup>**

O exposto anteriormente permite concluir que o tema das aulas remotas ou por outras modalidades de EaD somente pode ser discutido a partir das condições de vida dos professores e dos estudantes. Debates verdadeiros sobre o futuro das escolas e das universidades, as pedagogias mediadas por tecnologias, os currículos e as novas tecnologias, o trabalho docente e as tecnologias, as formas de interação das crianças com as tecnologias e questões correlatas não podem ser discutidas, legitimamente, no bojo de

medidas de corporações, governos, empresas, coalizões nas escolas e universidades, a pretexto de serem respostas ao isolamento social e à necessidade de novas mediações pedagógicas no século XXI. Não é ético, não é pertinente, não é honesto, em suma, é uma estratégia espúria e indefensável.

Quando os indicadores são examinados em detalhe, por classe, raça, região geográfica, e, no caso das cidades, os territórios em que vivem os estudantes dos segmentos mais explorados e precarizados, a situação torna-se ainda mais dramática, expondo um quadro de brutal desigualdade social. É razoável afirmar que o maior contingente de excluídos digitais da sociedade brasileira - marcada por uma longa história escravocrata e ainda hoje extremamente racista - seja composto por pretos e estes serão novamente prejudicados mediante a implementação das aulas remotas nas atuais condições. Ainda, diante a dupla jornada e ao trabalho doméstico que se imputa às mulheres brasileiras, estas não gozarão das mesmas condições tanto de estudos quanto de trabalho (no caso das profissionais da educação que, na educação básica, é uma profissão majoritariamente feminina) do que os homens, aprofundando as desigualdades raciais e de gênero.

A evolução da epidemia no Brasil, embora de difícil mensuração, em virtude da subnotificação decorrente da ausência de testes e do desigual acesso à rede pública de saúde, situações agravadas por um governo negacionista, que explicitamente defende a inexistência de letalidade - excetuando os que, afinal, vão morrer mesmo...e daí?, como expresso pelo presidente - exige ponderação e responsabilidade dos OI, dos Estados e dos trabalhadores. Não é possível transigir com o direito à vida. Reafirmamos, este é o cerne da pandemia.

Nada pode ser pior do que o desrespeito à vida com a segregação da grande maioria dos estudantes pauperizados, provenientes das famílias que lutam, arduamente, pela sobrevivência. A escola, mesmo no pensamento liberal, foi pensada como uma instituição republicana, comprometida com a cidadania e com a justiça social. É certo que os liberais deixaram esse valor de lado há muito tempo. E os neoliberais sequer reconhecem sua existência. Entretanto, diante da barbárie, reafirmamos que o valor da igualdade educacional é estruturante da democracia - pensada como democracia econômica e democracia política. Recusar a segregação educacional é um valor das trabalhadoras e dos trabalhadores da educação e seguiremos lutando pela igualdade como base da escola pública universal.

## Nossas proposições

- i) Suspensão do calendário do ENEM, a ser reorganizado em conformidade com o novo calendário letivo.
- ii) Reorganizar o calendário de 2020 em conjunto com o ano letivo de 2021, não havendo qualquer substituição de atividades desenvolvidas por EaD ou ensino remoto para integralização da carga horária dos diversos níveis e modalidades.
- iii) As atividades mediadas por tecnologias devem ser democratizadas: acesso livre à internet de qualidade para todos estudantes.
- iv) Democratizar acesso aos meios tecnológicos que possibilitam interações criativas na internet.
- v) Liberação gratuita de espaços de encontros virtuais nas escolas, redes, objetivando promover debates sobre as crises em curso e o papel da educação.
- vi) Estruturar nas universidades públicas, institutos, movimentos sociais plataformas comuns para filmes, acesso orientado a museus, artes plásticas, divulgação científica, tecnologias etc. abertos e em interação com as escolas, como novas sínteses para integração da educação básica, tecnológica e universitária.

## Documentos analisados

1. BANCO MUNDIAL. The World Bank Education Global Practice Guidance Note: Remote Learning & COVID-19 (7 de abril de 2020).  
<http://documents.worldbank.org/curated/en/531681585957264427/pdf/Guidance-Note-on-Remote-Learning-and-COVID-19.pdf>
2. Site da UNESCO.  
<https://en.unesco.org/covid19/educationresponse/globalcoalition>
3. Site do FMI. <https://www.imf.org/en/News/Articles/2020/04/03/vs-some-say-there-is-a-trade-off-save-lives-or-save-jobs-this-is-a-false-dilemma>
4. OCDE. A FRAMEWORK TO GUIDE AN EDUCATION RESPONSE TO THE COVID-19 PANDEMIC OF 2020.  
[https://www.hm.ee/sites/default/files/framework\\_guide\\_v1\\_002\\_harward.pdf](https://www.hm.ee/sites/default/files/framework_guide_v1_002_harward.pdf)
5. BANCO MUNDIAL. The World Bank Education Global Practice. Rapid Response Guidance Note: Educational Television & COVID-19. (Updated: April 17, 2020).  
<http://documents.worldbank.org/curated/en/659411587145759242/pdf/Rapid-Response-Guidance-Note-Educational-Television-COVID-19.pdf>

## Notas

---

<sup>1</sup> “The Global Impact of COVID-19 and Strategies for Mitigation and Suppression”, Imperial College of London, <https://www.imperial.ac.uk/media/imperial-college/medicine/sph/ide/gida-fellowships/Imperial-College-COVID19-Global-Impact-26-03-2020.pdf>. Para análise da situação brasileira: Coronavírus: pesquisadores da UFRJ, USP e UnB emitem nota técnica, 25/03/20, <https://ufrj.br/noticia/2020/03/25/coronavirus-pesquisadores-da-ufrj-usp-e-unb-emitem-nota-tecnica>

<sup>2</sup> No Brasil, via Decreto Legislativo nº6, de 20 de março de 2020.

<sup>3</sup> Observatorio de la OIT o segunda edición: el Covid-19 y el mundo del trabajo, 7/4/20, [https://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/@dgreports/@dcomm/documents/briefingnote/wcms\\_740981.pdf](https://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/@dgreports/@dcomm/documents/briefingnote/wcms_740981.pdf)

<sup>4</sup> MP 927/2020 (de 22 de março – suspensão de direitos trabalhistas enquanto permanecer o estado de calamidade pública), MP 936/2020 ( de 02 de abril de 2020 - regras para redução de salários...)

PEC 10 – PEC de Guerra

<sup>5</sup> O documento do Banco Mundial “*Remote learning, distance education and online learning during the COVID19 pandemic: A Resource List by the World Bank’s EdTech Team*”, disponível em <https://www.worldbank.org/en/topic/edutech/brief/edtech-covid-19>, destaca os serviços da *Khan Academy*, cujos financiadores são a Fundação Bill e Melinda Gates, Fundação Lemann, Fundação Valhalla, Bank of America, Google, a empresa de telefonia AT&T e a indústria farmacêutica Novartis. No Brasil, identificamos que as redes estaduais de educação do Ceará e Mato do Grosso do Sul utilizam seus serviços.

<sup>6</sup> Como exemplo, o Banco Mundial cita o programa “Vila Sésamo”, que é difundido em 150 países. No Brasil, disponibilizam conteúdos nos temas hábitos de higiene, cultura de paz, meninas na ciência e empoderamento financeiro (programa “Sonhe, Poupe e Realize”).

<sup>7</sup> <http://www.educacao.am.gov.br/wp-content/uploads/2020/03/AULA-EM-CASA-AMAZONAS.pdf>

<sup>8</sup> <https://www.educacao.sp.gov.br/centro-de-midias-sp/35-milhoes-de-estudantes-da-rede-estadual-terao-aulas-distancia-na-tv-aberta/>

<sup>9</sup>

[http://www.educacao.pe.gov.br/portal/?pag=1&cat=18&art=5599#!prettyPhoto\[artigo5599\]/o/](http://www.educacao.pe.gov.br/portal/?pag=1&cat=18&art=5599#!prettyPhoto[artigo5599]/o/)

<sup>10</sup> <https://sedu.es.gov.br/>

<sup>11</sup> <http://www2.educacao.mg.gov.br/>

<sup>12</sup> <http://sed.sc.gov.br/programas-e-projetos/30556-recursos-digitais-de-aprendizagem>

<sup>13</sup> <https://educacao.rs.gov.br/aulas-programadas-incentivam-uso-de-recursos-pedagogicos-inovadores-na-rede-publica-estadual>

<sup>14</sup> <http://www.se.df.gov.br/estudantes-do-ensino-medio-comecam-a-usar-google-sala-de-aula-na-quarta-feira-22-4/>

<sup>15</sup> <https://portal.educacao.go.gov.br/>

<sup>16</sup> <http://www2.seduc.mt.gov.br/-/14170414-alunos-da-rede-estadual-ja-estudam-em-casa-com-plataforma-digital-de-ensino>

<sup>17</sup> <https://www.protagonismodigital.sed.ms.gov.br/>

<sup>18</sup> <https://www.educacao.ma.gov.br/>

<sup>19</sup> <https://www.seduc.pi.gov.br/noticia/Escolas-diversificam-metodos-durante-a-pandemia-/8007/>

<sup>20</sup> <https://www.seduc.ce.gov.br/2020/04/08/seduc-seleciona-projetos-de-servicos-educacionais-digitais-gratuitos-voltados-ao-ensino-remoto/>

<sup>21</sup> <https://www.escolasnarede.seec.rn.gov.br/>

- 
- <sup>22</sup> <http://educacao.al.gov.br/noticia/item/17277-seduc-adota-regime-especial-de-atividades-escolares-nao-presenciais-durante-pandemia>
- <sup>23</sup> [https://www.se.gov.br/noticias/educacao\\_cultura\\_esportes/fundacao\\_telefonica\\_vivo\\_e\\_seduc\\_disponibilizam\\_cursos\\_e\\_atividades\\_em\\_plataformas\\_digitais](https://www.se.gov.br/noticias/educacao_cultura_esportes/fundacao_telefonica_vivo_e_seduc_disponibilizam_cursos_e_atividades_em_plataformas_digitais)
- <sup>24</sup> <http://pat.educacao.ba.gov.br/home/rotinas-de-estudo>
- <sup>25</sup> <https://seed.portal.ap.gov.br/>
- <sup>26</sup> <https://agenciapara.com.br/noticia/18713>
- <sup>27</sup> <http://www.rondonia.ro.gov.br/atividades-educacionais-seguem-na-rede-estadual-de-rondonia-por-meio-da-internet/>
- <sup>28</sup> [https://educ.see.ac.gov.br/pagina/roteiro-de-estudos?clique\\_banner](https://educ.see.ac.gov.br/pagina/roteiro-de-estudos?clique_banner)
- <sup>29</sup> <https://educacao.estadao.com.br/blogs/blog-renata-cafardo/mais-de-30-institutos-de-educacao-lancam-juntos-plataforma-publica-de-ensino-on-line/>, veiculado dia 7 de abril, acesso 8 de abril. Fundação Bradesco oferece cursos online gratuitos. Disponível: <https://www.msn.com/pt-br/noticias/educacao/funda%C3%A7%C3%A3o-bradesco-oferece-cursos-online-gratuitos-e-com-certificado/ar-BB12l7L9>, veiculado 9 de abril; Acesso 10 abr 2020. Mackenzie libera cursos gratuitos. Disponível: <https://www.msn.com/pt-br/noticias/educacao/mackenzie-libera-cursos-gratuitos-online-durante-a-quarentena/ar-BB12l4q9>, veiculado 9 de abril, acesso 10 abr 2020. Cabe registrar que no mesmo dia da reunião do Banco Mundial e TPE, o MEC soltou uma notícia no site, às 19h38, sobre uma série de encontros virtuais que passariam a ocorrer. Disponível: [http://portal.mec.gov.br/component/content/index.php?option=com\\_content&view=article&id=88151:educacao-no-mundo-4-o-e-tema-de-debate-virtual-no-mec&catid=12&Itemid=86](http://portal.mec.gov.br/component/content/index.php?option=com_content&view=article&id=88151:educacao-no-mundo-4-o-e-tema-de-debate-virtual-no-mec&catid=12&Itemid=86). Acesso 10 abr 2020.
- <sup>30</sup> Disponível: <http://conteudo.distrito.me/distrito-dataminer-edtech-report>. Acesso: 19/04/2020.
- <sup>31</sup> Bruno Villas Boas e Ana Conceição, Déficit de moradias no país já chega a 7,7 milhões. Valor, 03/05/2018, <https://valor.globo.com/brasil/noticia/2018/05/03/deficit-de-moradias-no-pais-ja-chega-a-77-milhoes.ghtml>
- <sup>32</sup> Flávia Oliveira, Voltando para casa. O Globo, 17/04/20, p.3.
- <sup>33</sup> <https://www.msn.com/pt-br/noticias/educacao/domic%C3%ADlios-sem-internet-sofrem-os-impactos-do-isolamento-social/ar-BB12v82W?li=AAC9bfM>. Acesso: 14 de abril.
- <sup>34</sup> Intervozes. Educação a distância (EaD) não resolve os desafios do momento e pode aprofundar desigualdades. 13/04/20, <http://intervozes.org.br/educacao-a-distancia-ead-nao-resolve-os-desafios-do-momento-e-pode-aprofundar-desigualdades/>
- <sup>35</sup> Pesquisa Nacional de Amostra de Domicílios, IBGE - 2019.
- <sup>36</sup> CARVALHO, Maria Regina Viveiros de. Perfil do professor da educação básica / Maria Regina Viveiros de Carvalho. Brasília, DF: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2018.
- SOUZA, A. G. (2018). *Professor temporário: situações da docência em Educação Física na Rede Municipal de Ensino de Florianópolis (2011/2017)*. 2018. Dissertação de Mestrado em Educação. Florianópolis, SC: UFSC.
- <sup>37</sup> Questionário socioeconômico do professor. Avaliação Nacional do Rendimento Escolar (Anresc) 2017,
- <sup>38</sup> Alguns exemplos: Plataforma Resolve Sim ([www.resolvesim.com.br](http://www.resolvesim.com.br)) da Eleva Educação; a Aprendendo Sempre (<https://aprendendosempre.org/>), sob o patrocínio do Itaú Social, Fundação Lemann, Porvir, Instituto Península, Movimento pela Base etc.; o Projeto Formar (<https://fundacaolemann.org.br/projetos/formar>) parceria da Fundação Lemann com redes públicas de educação; o Programa Startup in School (<http://www.ideiasdefuturo.com/google/>) parceria da Google com o Instituto Ideias de Futuro; dentre outros.
- <sup>39</sup> Disponível em: <https://g1.globo.com/rj/regiao-dos-lagos/noticia/2020/04/14/prefeitura-de-rerio-das-ostras-rj-demite-mais-de-mil-profissionais-da-educacao.ghtml>. Acesso em 17 abr. 2020.

<sup>40</sup> Disponível em: <<https://www.esquerdadiario.com.br/Milhares-de-professores-do-estado-de-Sao-Paulo-estarao-sem-salarios-no-proximo-mes>>. Acesso em 17 abr. 2020.

<sup>41</sup> Disponível em: <<http://www.esquerdadiario.com.br/Marchezan-coloca-4-mil-educadoras-na-rua-suspendendo-convenio-com-creches-em-meio-a-pandemia>>. Acesso em 17 abr. 2020.

<sup>42</sup> Disponível em: <<https://g1.globo.com/mt/mato-grosso/noticia/2020/04/06/com-suspensao-de-aulas-servidores-temporarios-da-educacao-nao-tiveram-contratos-renovados-e-estao-sem-salarios-em-mt.ghtml>>. Acesso em 17 abr. 2020.

<sup>43</sup> Disponível em: <<https://site.sinpro-rio.org.br/wp-content/uploads/2020/04/MP-936-minuta-6-abril.pdf>>. Acesso em 17 abr. 2020.

<sup>44</sup> “O ensino remoto significa um conjunto de atividades de ensino-aprendizagem diversificadas que podem incluir desde vídeo-aulas ou ensino online, como também atividades impressas enviadas aos alunos, leitura de livros”, segundo Maria Helena G. de Castro, Conselheira do CNE. Disponível em: <[https://www.todospelaeducacao.org.br/conteudo/Educacao-na-Pandemia-Diretrizes-para-o-aproveitamento-do-horario-letivo-pos-pandemia-esta-quase-pronto\\_-diz-CNE](https://www.todospelaeducacao.org.br/conteudo/Educacao-na-Pandemia-Diretrizes-para-o-aproveitamento-do-horario-letivo-pos-pandemia-esta-quase-pronto_-diz-CNE)>. Acesso em 15 abr. 2020.

<sup>45</sup> Ver Decreto 9.057/2017, Portaria 2.117/2019, Portaria n.343/2020, Deliberação nº376 do CEE-RJ, dentre outros

<sup>46</sup> O próprio Secretário Estadual de Educação do Rio de Janeiro, reconhece que dentre os 705 mil alunos matriculados na rede estadual, 580 mil têm dificuldade de acessar a plataforma EAD usada pela SEE.

<sup>47</sup> AGÊNCIA BRASIL. Conselho Nacional de Educação prepara documentos para orientar escolas. Disponível em: <<https://agenciabrasil.ebc.com.br/educacao/noticia/2020-04/conselho-nacional-de-educacao-prepara-documentos-para-orientar-escolas>>. Acesso em 15 abr. 2020.

<sup>48</sup> TODOS PELA EDUCAÇÃO. “Webinário discute a educação durante a pandemia do novo coronavírus”. Disponível em: <https://www.todospelaeducacao.org.br/conteudo/Webinario-discute-Educacao-durante-a-pandemia-do-novo-coronavirus>. Acesso em 15 abr. 2020.

<sup>49</sup> No estado do Rio de Janeiro os professores já completaram 6 anos sem reajuste salarial.

<sup>50</sup> Dados do SAEB (2017) apontam que 65% dos professores cariocas têm necessidade de melhor formação para usarem as tecnologias com finalidades pedagógicas.

<sup>51</sup> . Roberto Leher. Darwinismo social, epidemia e fim da quarentena: notas sobre os dilemas imediatos, Carta Maior, 23/03/2020, <https://www.cartamaior.com.br/?%2FEditoria%2FPolitica%2FDarwinismo-social-epidemia-e-fim-da-quarentena-notas-sobre-os-dilemas-imediatos%2F4%2F46972&fbclid=IwARoIDzHPbcVOzj4De3eluMfWwL5X2AxVeLZ6BqGPAmyx8k1Kv1qGcyvo-1l#.XoDZTIDY5VY.facebook>

